



(Tradução)

澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

## Interpelação Oral

Face às exigências do público, o Relatório final do estudo sobre a procura de habitação pública foi publicado. Existem na sociedade elogios e críticas ao relatório, e não são poucas as opiniões que criticam que está desligado da realidade. O relatório refere que a quantidade da oferta de habitação pública nos próximos 10 anos pode responder às necessidades previstas. Este objectivo soa bem, mas o seu alcance exige uma avaliação precisa da procura, feita conforme as experiências práticas e o andamento dos projectos realizados no passado. Mas no relatório não há detalhes sobre as previsões da quantidade da procura de habitação pública, daí as diversas dúvidas na sociedade e a necessidade urgente da sua explicação adicional.

Segundo o relatório, a procura de habitação pública será de 31 000 fracções até 2021 e de 36 000 até 2026. O limite máximo atingirá 42 000 fracções. Há opiniões que defendem que em 2013, ano de reabertura do concurso para habitação económica, se registaram 40 000 agregados familiares candidatos, todos ansiosos por uma habitação. De entre estes, não se sabe quantos correspondem aos requisitos para compra das fracções, portanto, antes de se proceder uma análise dos respectivos dados, a conclusão precipitada de que daqui a 4 ou 5 anos a procura de habitação pública continua a ser de 30 000, evidentemente, não se articula com as experiências sociais.



(Tradução)

澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

De facto, o preço das casas no mercado privado continua alto, e os potenciais agregados que necessitam de habitação pública continuam a aumentar, assim, muitas pessoas da “classe média” e jovens em idade de casar têm dificuldade em adquirir uma casa. Quantos cidadãos podem suportar uma casa do mercado privado? Quantos necessitam de uma habitação pública para viver? Se estas questões não forem respondidas, a previsão da procura vai ser variável e, quando haver mudanças, vai afectar o desenvolvimento das políticas de habitação.

Segundo o relatório, o projecto de habitação pública na Zona A, com 28 mil fracções, foi reduzido para metade, isto é, avança-se com a construção de uma metade, e a outra metade de terreno reserva-se para um desenvolvimento oportuno no futuro. Mas o Governo não explicou qual é a respectiva razão. Se o Governo entende que as 49 mil fracções potenciais, do plano a médio e longo prazo, conseguem satisfazer as necessidades habitacionais nos próximos dez anos, então, ainda se pode discutir a construção de metade das 28 mil fracções. Mas a sociedade receia que a previsão pode não corresponder à realidade, o que vai afectar o plano de habitação social, e o futuro vai tornar-se inimaginável.

Assim sendo, interpele o Governo sobre o seguinte:

1. No concurso para habitação económica de 2013, registaram-se mais de 40 mil agregados familiares candidatos e, no presente Relatório, prevê-se



(Tradução)

澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

que, até 2026, a procura total de habitação pública será de 36 mil fracções. Então, ao efectuar o referido estudo, já se procedeu à examinação das informações daqueles 40 mil candidatos? Em caso afirmativo, quantos deles reúnem os requisitos?

2. Desde a criação do quarto Governo da RAEM, o Chefe do Executivo prometeu várias vezes que ia construir 28 mil habitações públicas na Zona A dos novos aterros, mas esse número foi cortado para metade. Esses terrenos na Zona A já foram alvo de novo planeamento e destinam-se a outras finalidades? De que medidas de longo prazo dispõe o Governo para evitar a eventual insuficiência da reserva de terrenos para construção de habitação pública?
3. No referido Relatório, não há menções específicas à procura por parte da “classe sanduíche”, dos jovens em idade de casar e dos funcionários públicos. Será que esses grupos foram retirados das estatísticas relativas à procura de habitação pública? Quais serão as estratégias para resolver a questão habitacional desses grupos?

A Deputada à Assembleia Legislativa  
da Região Administrativa Especial de Macau,

Song Pek Kei

19 de Outubro de 2017